



M O D O S

D E N A R R A R

M O D O S
D E
N A R R A R

J O S I A N N E
F R A N C I A
C E R A S O L I

M A R G A R E T H
D A S I L V A
P E R E I R A

P A O L A
B E R E N S T E I N
J A C Q U E S

A narrativa como forma de organização discursiva tem ocupado, de longa data, o conhecimento histórico e, desde meados do século XX, tem mobilizado intensos debates, ampliando cada vez mais as perguntas sobre os sentidos que podem ter as próprias formas de dizer, de contar, de narrar. *Nebulosas do pensamento urbanístico: modos de narrar* integra um mesmo esforço já expresso em dois outros livros do projeto *Nebulosas do pensamento urbanístico: modos de pensar* (tomo I) e *Nebulosas do pensamento urbanístico: modos de fazer* (tomo II). Cada um desses livros busca criar uma pausa reflexiva sobre conceitos, temas, métodos, questões e debates que perpassam as práticas instituintes das formas construídas e imateriais das cidades, a começar por aquelas de historiadores e de todos aqueles que operam sobre o urbano, entre suas memórias, histórias e as suas possibilidades de *vir a ser*.

Modos de narrar busca propor, a partir dos diversos artigos aqui reunidos, uma pauta para refletir sobre a narrativa na história voltada a temas urbanos e ao urbanismo. Apresenta uma síntese plural sobre como a construção de narrativas vem sendo tratada pelas diferentes equipes de pesquisadores de instituições públicas brasileiras que vêm trabalhando de modo regular e articulado sobre o pensamento urbanístico e suas nebulosas.

A reflexão sobre os modos de pensar e narrar o passado não é uma questão nova. Não caberia, nesta coletânea, recuperar exaustivamente esse debate. Mas alguns fios das tramas desse percurso permitem situar as linhas de força de nosso *Modos de narrar*. Em uma das primeiras ponderações sobre o tema, Heródoto, no século V a.C., por exemplo, preocupou-se em se perguntar por que escrevia sobre o passado. Sintetizou sua resposta em três motivos, declarando que o fazia: “para que os feitos dos homens não se desvançam com o tempo” e para que não fiquem sem renome as grandes e maravilhosas empresas, realizadas quer pelos Helenos quer pelos Bárbaros; e sobretudo a razão por que entraram em guerra uns com os outros”. (HERÓDOTO, 1994, p. 53)

Apesar de o historiador explicitar para que e por que narrava feitos, empresas e razões, seu texto nada tem do sentido apaziguador sugerido em sua resposta. Nele, são entrecruzadas várias questões acerca do lugar dos testemunhos, das memórias, da alteridade e das razões das próprias narrativas, de modo a justificar sua obra, que acabou sendo conhecida pelo gênero literário a que dava forma: *Histórias*. Demarcava-se um campo próprio, portanto, distinto de outras formas de escrita literária, como as epopeias ou os relatos míticos, o que foi reconhecido já no seu tempo. Ao mesmo tempo, acentuava-se o aspecto plural da narrativa histórica: são histórias, *modos de narrar*.

Com os antigos, talvez seja desejável também lembrar, pelo menos, Aristóteles, para ampliar essa questão. O filósofo não só leva em conta a relatividade de pontos de vistas e o estatuto da verdade quando se escreve, mas ocupa-se do próprio ato de narrar. Como se narra é a pergunta que o move em seu esforço de observação sobre como palavras ganham sentido quando se articulam, e, a partir daí, procura estabelecer distinções entre categorias de termos e de gêneros de discurso. Em seus textos, a alteridade é pensada a cada linha, particularmente naqueles dedicados à retórica, à poética e à política.

É a favor da tradição iniciada por Heródoto que Cícero, por sua vez, advoga, no século I d.C., contra um gênero de texto que se tornara dominante no período romano. Os anais, como passaram a ser chamados, estabeleciam linearmente os acontecimentos políticos

em uma escrita, considerada por ele sem relevo e austera, incapaz de “embelezar” o discurso sobre os fatos narrados. Ao contrário do “analista”, o historiador deveria usar todos os meios retóricos disponíveis em uma poética da história ao mesmo tempo eficiente e capaz de “ornar” os acontecimentos. (DOSSE, 2010) A partir de Cícero, a escrita sobre o passado passa a ser vista como uma ferramenta de incentivo político e moral, sublinhando, assim, uma dimensão pedagógica, mas também de cultivo da própria escrita.

Na busca do tom eloquente e, às vezes, da imparcialidade no elogio da vida, de imperadores, primeiramente, e, mais tarde, de santos na Idade Média, o historiador cada vez mais sabe que seu gesto de memorização das ações passadas não é neutro. Nos séculos XIV e XV, as narrativas sobre cortes principescas se associam ao elogio também das cidades, tornando-se tema privilegiado nas crônicas. Por outro lado, em um momento de difusão e afirmação de uma visão temporal católica, que constrói e articula linearmente passado, presente e futuro, as crônicas, como a própria etimologia indica, continuam, como os anais, a relatar os acontecimentos respeitando estritamente uma ordem cronológica. O grande câmbio do ponto de vista narrativo a partir do século XVI talvez tenha sido a acentuação da subjetividade, implícita no gênero “ensaio”, inaugurado por Montaigne, que teria uma ampla difusão.

Certamente, não caberia aqui percorrer os debates sobre o tema linearmente desde Heródoto – à maneira mais tradicional da narrativa – para responder às indagações que motivam esta terceira coletânea. Essas tendências se dão em um campo plural no qual, até as revoluções de fins do século XVIII, diferentes autores continuam construindo outras possibilidades de pensar o tempo e a memória, buscando quebrar, por outros caminhos, os relatos lineares. Em seus textos, exploram descontinuidades, surpresas, situações extraordinárias, buscando colocar o leitor diretamente lado a lado de reis, príncipes ou cavaleiros e face à bravura, à lealdade, à generosidade em descrições espetaculares de festas, faustos e torneios. Essas memórias, sobretudo as que se multiplicam com as grandes navegações e, pouco mais tarde, com as travessias dos Alpes ou dos Pirineus e com a realização dos *Grand Tours* da Itália, acentuam a ideia de deslocamento geográfico,

temporal e cultural e um culto multifacetado que vai da aventura ao insólito, do curioso ao exótico, do sentido geral à compreensão do particular, da percepção do fragmento à meditação sobre o amontoar-se das ruínas.

Contudo, uma rápida referência à construção da história como disciplina científica ao longo do século XIX torna-se relevante, na medida em que introduz um redirecionamento nas práticas historiográficas talvez tão radical quanto aquele que havia dado forma ao ensaio. A direção, porém, lhe seria oposta, reforçando agora uma objetividade que se extrairia, sobretudo, da erudição e do trabalho dos arquivos, rebaixando o exercício imaginativo e interpretativo em torno do passado vivido e de suas condições de possibilidades. Cerram-se, ainda, os laços da narrativa histórica com a dimensão política e com a ideia de nação, que se encarna, como se sabe, em diferentes objetos teóricos que são vistos como capazes de totalizá-la.

A ideia de que, no acúmulo dos documentos compilados, se estaria diante da exatidão e da prova da verdade dos fatos impõe-se sobre a tarefa infinda tanto do trabalho hermenêutico de suspeição, suspensão e articulação de sentidos quanto do caráter literário dos modos de narrar. Estes tendem, assim, a simplificar as causalidades e construir narrativas totalizadoras e teleológicas, nas quais se reduz a própria potência do texto como possibilidade de convite e coimplicação do leitor na construção e na suspeição na dúvida sobre a própria formulação do problema construído enquanto intriga e enigma.

Uma História – e não histórias, como delinear a Heródoto – reconstrói, assim, o sentido do movimento dos homens, das massas, das classes. Contudo, é importante ressaltar que, ao longo desse processo, a disciplina histórica delinear a, ao lado da narrativa e da política, o que parece ser sua terceira “exigência”, a científica (RANCIÈRE, 1994), cujo desafio seria criar pontes entre poéticas do passado e poéticas do conhecimento e da ação.

Essas breves considerações parecem oportunas, uma vez que as contribuições, seculares, tanto de historiadores quanto de filósofos, moralistas e memorialistas, foram mobilizadas, contrastadas e inten-

samente criticadas por aqueles envolvidos, desde os anos 1960-1970, nas nebulosas intelectuais que se dedicaram às análises de discurso e suas implicações e imbricações com o agir e o pensar.

Nesses embates, contribuições de antigas e novas disciplinas, como a semiologia e a sociologia, foram também centrais, fomentando tanto a autorreflexividade do campo do conhecimento sobre suas práticas quanto a própria desconstrução de muitas das suas fronteiras, provocando deslocamentos teóricos importantes no campo dos saberes do conhecimento e da historiografia.

As relações entre linguagem e poder, considerações sobre o lugar do sujeito e da subjetividade, questões sobre a verdade histórica e suas condições de enunciação e de possibilidade foram temas que vieram se somar aos esforços de reflexão de linguistas, historiadores de arte, filósofos ou antropólogos, também relevantes desde os anos 1930.

Mais frontalmente do que no passado, o historiador – e inclusive o historiador da arquitetura, do urbanismo e das cidades – tem se visto, assim, diante de dúvidas de natureza política e culturais crescentes. Quem narra? Para quem? Sobre o que se narra? São perguntas que atualizam reflexões sobre as práticas disciplinares e os regimes de memória e de temporalização dos próprios historiadores, desnaturalizando as relações com a narrativa. São perguntas que assumem a historicidade das formas discursivas e indagam as razões de suas próprias escolhas, sejam de objetos de investigação, sejam aquelas relativas ao vocabulário e aos conceitos, bem como às maneiras como a linguagem articula o pensável e desvela o impensado.

Na atualidade, ainda que se fale muito pouco da natureza dos textos poéticos e políticos no sentido pleno da palavra, as formas de narrar têm passado pelo crivo dos embates sobre os efeitos de diferentes práticas – corporais, discursivas, visuais, construtivas, políticas. São visíveis também os deslocamentos epistemológicos que esses debates têm provocado no interior dos debates “decoloniais”, graças a uma historicização cada vez mais rigorosa e cuidadosa acerca de quem narra, de quem pode falar e dos “lugares de fala”, inclusive – e sobretudo – nas validações sociais mais cotidianas.

Esse estado de coisas mostra o quanto a questão mobiliza a sensibilidade contemporânea e o quão pertinente é o tema quando se aproximam as questões de narrativa daquelas do conhecimento científico, histórico, antropológico. No campo do urbanismo – campo de reflexão que, ao tomar a cidade (*locus* privilegiado da vida social) como foco, é por si só múltiplo e transdisciplinar –, essa discussão não é banal nem secundária, embora raramente trazida ao centro do debate, malgrado sucessivos esforços que vêm permanecendo isolados.

A organização deste tomo III, *modos de narrar*, da coletânea *Nebulosas do pensamento urbanístico* é norteada por essas preocupações. Busca trazer para o debate público um conjunto de aspectos sobre o tema, desenvolvidos a partir de um trabalho coletivo expresso nos artigos reunidos. De fato, empreender uma arqueologia ou uma genealogia da construção do ato de narrar como objeto teórico, privilegiando-se suas relações com a vida cidadina e urbana, seria uma tarefa, se não impossível, reservada a atlantes, para usar uma metáfora. Os propósitos desta coletânea são modestos: aproximam as indagações sobre a narrativa de pesquisas sobre história e historiografia do urbanismo, sem abrir mão da incontornável dimensão plural presente tanto na narrativa quanto em todo gesto que diz respeito às cidades, no urbano.

Interessa, de modo especial, discutir com vagar a diversidade de entendimentos sobre as intrigas que permeiam e, sobretudo, emergem na trama e na tessitura histórica; não desconsiderar, portanto, a multiplicidade de visadas e choque de sentidos; perguntar-se sobre as formas, os modos ou tipos de vestígios que sustentam apontamentos e notações; ou, enfim, interrogar as sedimentações de saberes comuns e a parte de fragmentos e eventuais desvios.

A atenção à linguagem, no ato de interpretar, compreender e, sobretudo, trazer à tona a configuração do pensamento urbanístico, coloca as narrativas em um campo de indagações que é específico, não por ser especializado, mas, ao contrário, por sua irredutível pluralidade. Começa, assim, por colocar em pauta a narrativa a partir de aproximações não apenas entre urbanismo e história, mas também entre outras linguagens, como a literária, a iconográfica e a filosófica.

Em resumo, múltiplo, plural, citadino e urbano, concreto e abstrato, o campo do urbanismo requer que, ao lado do texto, se interpelem também as imagens e os dispositivos materiais e imateriais, entendendo-os como narrativas e perguntando: a quem e a que servem? O que perpetuam? Quando transgridem? Poderia se dizer, com isso, que os *modos de narrar* pensados nesta coletânea buscam colocar em sintonia, a um só tempo, o caráter transdisciplinar próprio tanto ao campo do urbanismo quanto das narrativas.

Além disso, nesta obra, os *modos de narrar* se cruzam incontornavelmente com uma outra metáfora, que dá título à própria coletânea e evoca as próprias configurações instáveis, efêmeras e em movimento do campo do urbanismo: as *nebulosas*, ou conjuntos de nuvens. Essas configurações levam em conta que cada nuvem é formada de incontáveis camadas de névoas, isto é, camadas de relações, de nexos, de associações, de sentidos que se superpõem, se justapõem, se esgarçam, se tocam. As nuvens são sempre moventes. No conjunto das suas formações, no seu ir e vir, nos seus encontros e choques, em sua estabilidade relativa, em sua capacidade de se transmutar ora em tempestades que varrem os céus das ideias feitas, ora lentamente na chuva fina que irriga o solo e o fertiliza, estão sempre em movimento, são indefinidamente ressignificadas.

Os saberes e as práticas cidadinas e urbanas, de acordo com os temas, os problemas, as intrigas, os momentos, os atores individuais ou coletivos ou as cidades que interpelam cada pesquisador, são, assim, como conjunto de nuvens das quais ele percebe os contornos e cujas relações e nexos de sentidos ele também interroga, constrói, desmonta e reconstrói as posições, as causas, as possibilidades não ditas ou sequer formuladas.

São as múltiplas aproximações que cada pesquisador faz que insuflam a formação desses sistemas abertos de significados, que podem ser chamados nebulosas, sobre os quais ele tece, em torno das ideias de intriga, vestígios e desvios, diferentes modos de narrar. É por meio da intriga – ou o modo como miramos e construímos ou montamos o objeto a partir de questões – que se alinha o narrado, com todas as instabilidades que as questões e intuições podem provocar.

É também com o trabalho com os vestígios da experiência – com os documentos em suas distintas formas – que se compõe a narrativa. É no entrelaçamento dessas duas dimensões contempladas na coletânea – a da intriga e a do trabalho com os vestígios – que o modo de narrar vai montando e unindo nebulosas maiores e menores, ao lado de outras que permanecem soltas e desviantes.

Oito grupos de pesquisadores, de grupos de pesquisa sediados em instituições públicas de ensino e pesquisa, tomaram parte em *Modos de narrar*, movendo-se nessas nebulosas do pensamento urbanístico, entre intrigas (parte 1), vestígios (parte 2) e desvios (parte 3). Esta terceira obra coletiva foi empreendida colaborativamente pelos grupos de pesquisa: Laboratório Urbano, da Universidade Federal da Bahia (UFBA); Laboratório de Estudos Urbanos (leU), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade (Ciec), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); Urbanismo, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB); Cosmópolis, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Topos – Paisagem, Projeto, Planejamento, da Universidade de Brasília (UnB); Cidade (in)Pensada, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); e Arquivos, Fontes e Narrativas, da Universidade de São Paulo (USP).

Por esse percurso, a atenção à linguagem na narrativa aproxima essas indagações da preocupação de autores como Ricoeur a respeito da função mimética do narrar, sempre desdobradas no tempo. Como lembra o autor, o esforço de montagem das intrigas é uma síntese, e é ela que sustenta toda narração. Mostrando sua virtude “objetivos, causas, acasos, são reunidos [graças aos vestígios acumulados da experiência] sob a unidade temporal de uma ação [que parecer ser] total e completa. É esta *síntese do heterogêneo* que aproxima a narrativa da metáfora”. (RICOEUR, 1997, v. 1, p. 11) Contudo, parece ser desejável, como se tenta aqui, não esquecer que as nebulosas, por serem o que são, configurações contingentes e moventes, abrem continuamente espaço e mantêm, nos desvios, o imprevisível.

REFERÊNCIAS

DOSSE, François. Récit. In: DELACROIX, Christian (dir.). *Historiographies II*. Paris: Gallimard, 2010.

HERÓDOTO. *Histórias – livro 1*. Tradução Ferreiro e Silva. Lisboa: Edições 70, 1994.

RANCIÈRE, Jacques. *Os nomes da história: um ensaio de poética do saber*. Tradução Eduardo Guimarães e Eni Puccineli Orlandi. São Paulo: EdUC: Pontes, 1994.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tradução Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papyrus, 1997, 3 v.